



A PERCEÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC

Rafaela Vieira¹, Gabriela Schmidt²,
João Marcos Bosi Mendonça de Moura³

RESUMO

As lideranças comunitárias formam um elo importante entre poder público e sociedade na discussão, formulação e implementação de políticas públicas. Por esta razão objetivou-se identificar e descrever a percepção que lideranças comunitárias de áreas suscetíveis aos desastres naturais possuem em relação às políticas públicas de gestão de riscos de desastres naturais em Blumenau, Santa Catarina. Os riscos de desastres naturais abordados contemplam os eventos mais frequentes na região: as inundações, enxurradas e os movimentos gravitacionais de massa. A pesquisa é qualitativa do tipo exploratória e descritiva, adotando-se o método fenomenológico para descrever a percepção dos participantes da pesquisa. Utilizou-se documentação indireta (pesquisa documental e teórica) e direta por meio de 30 entrevistas interpretadas a partir da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os entrevistados são líderes de associações de moradores, Núcleos de Defesa Civil e abrigos temporários localizados em áreas de alta e média suscetibilidade às inundações, enxurradas e movimentos gravitacionais de massa. Identificou-se que os entrevistados não têm conhecimento dos instrumentos jurídicos relacionados à gestão de riscos de desastres naturais. Observou-se também que as lideranças comunitárias entrevistadas não compreendem a estrutura do órgão público municipal (prefeitura) de gestão de riscos de desastres, identificando somente a diretoria de Defesa Civil como responsável neste processo. Contudo, as entrevistas possibilitaram registrar o seu interesse em maior capacitação e participação. Inúmeras ações foram elencadas para a efetividade do processo de gestão de riscos de desastres naturais, com destaque para medidas relacionadas aos serviços de saneamento básico.

Palavras-chave: Riscos. Desastres naturais. Política pública. Gestão. Percepção. Resiliência.

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Atua como professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: arquitetura.rafaela@gmail.com

² Graduanda pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Universidade Regional de Blumenau. E-mail: gabiwsch@yahoo.com.br

³ Engenharia Civil (2013), Mestre (2016) e Doutorando em Engenharia Ambiental pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Professor substituto lotado no Departamento de Engenharia Civil da FURB. <http://orcid.org/0000-0002-4847-3160>. E-mail: joaomarcosmm@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os danos resultantes de desastres naturais têm sido cada vez maiores e frequentes, seja em função do crescimento populacional ou pelas incertezas vinculadas às mudanças climáticas que se expressam tanto em nível global quanto local (FREITAS; PAIVA, 2018). De acordo com o Marco de Ação de Sendai, estabelecido pela ONU em 2015, o bem-estar e a segurança das pessoas, comunidades e países como um todo têm sido afetados pelos desastres (UNISDR, 2015).

Considerando o período de 1995 e 2014, os danos materiais e os prejuízos decorrentes dos desastres naturais no Brasil se aproximam dos R\$ 9 bilhões/ano, (CEPED UFSC, 2016). Em função de sua grande extensão territorial, o país apresenta características distintas com relação à frequência e à magnitude dos desastres conforme cada região geográfica. Estiagem e seca estão entre os desastres com maior número de ocorrências registradas no país, contudo, as enxurradas têm provocado um maior número de mortes e os movimentos gravitacionais de massa apresentaram um maior aumento de ocorrências nas últimas duas décadas (CEPED UFSC, 2013).

A bacia hidrográfica do rio Itajaí localizada na vertente do Atlântico Sul do estado de Santa Catarina é uma das regiões mais afetadas pelas inundações, enxurradas e movimentos gravitacionais de massa no sul do Brasil (SIEBERT, 2018; CEPED UFSC, 2013; 2016). As grandes cheias de 1983 e 1984 resultaram na criação do Projeto Crise pela Fundação Universidade Regional de Blumenau e na cooperação da Agência de Cooperação Internacional do Japão com o Governo do Estado de Santa Catarina (Projeto JICA). Em ambos buscava-se prevenir e reduzir os riscos de desastres associados às inundações. O Projeto Crise despontou como passo institucional importante para o envolvimento da FURB com a comunidade regional. Nos anos seguintes foram criados o Instituto de Pesquisas Ambientais, o Centro de Operação do Sistema de Alerta da Bacia (CEOPS), o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (FRANK; BOHN, 2018). O Projeto JICA contemplava medidas estruturais para a redução de riscos de inundações e voltou a ser discutido após o desastre do ano de 2008 (MOURA; VIEIRA; BOHN, 2015).

Blumenau é o município mais populoso da bacia hidrográfica com população estimada de 352.460 habitantes (IBGE, 2019). Estudos apontam fragilidades nas políticas públicas de gestão de riscos de desastres naturais como: baixa articulação intersetorial e limitada participação da sociedade civil (AVILA; MATTEDI, 2017; VIEIRA; SCHMIDT; MOURA, 2019). Questões que a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal 12.608/2012 – PNPDEC) destaca como fundamental para a gestão de riscos (BRASIL, 2012).

Segundo Siebert (2009), o processo de construção social do risco do município foi historicamente consolidado por meio da ocupação de áreas consideradas “adequadas” para a agricultura e a colonização da região. As propriedades eram estreitas, começavam na margem do rio Itajaí Açu e subiam até o topo de encostas, ocupando áreas de alta suscetibilidade aos riscos de inundação, enxurrada e movimentos gravitacionais de massa. Estas dinâmicas de ocupação do território prosseguem atualmente, agravadas pela exclusão socioeconômica em um contexto mais complexo de arranjos institucionais e de políticas públicas de gestão de riscos de desastres naturais (MATTEDI et al., 2018; VIEIRA; SCHMIDT; MOURA, 2019).

A política pública é um elemento fundamental neste processo de gestão de riscos, pois permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz (FRANK; SCHULT; POLETTE, 2009). De acordo com Kato, Zioni e Bruna (2010) as políticas públicas urbanas se apoiam em princípios do direito, referidos ao bem estar coletivo acima do individual. Elas podem ser definidas como meios que orientam as ações do poder público, dirigidas à organização e ordenação do território das cidades, à produção e distribuição de espaços, infraestruturas, serviços e equipamentos públicos e privados no espaço urbano.

A política pública urbana articula-se fortemente com a proposta de potencializar a resiliência urbana, ou seja, o grau de capacidade de uma cidade absorver sistematicamente algum tipo de dano, sem entrar em colapso (IPCC, 2007). A resiliência urbana é incentivada por programas das Organizações das Nações Unidas (UNISDR/ ONU), como a Campanha "Construindo Cidades Resilientes". A Campanha foi anunciada durante o período de adoção do Marco de Ação de Sendai (2015-2030) e visa incentivar e assessorar os municípios no que diz respeito à resiliência aos riscos de desastres naturais. .

O desenvolvimento desses programas e políticas públicas urbanas em um processo mais amplo de consolidação de democracia depende da participação da população. A concretização de mecanismos de participação social na gestão e formulação das políticas públicas no país se concretizou na década de 1990, por meio da institucionalização dos conselhos municipais (KATO; ZIONI, BRUNA, 2010). Contudo, é com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, art. 43, que são instituídos instrumentos para garantir a gestão democrática da cidade como os órgãos colegiados, as audiências públicas, as conferências municipais, estaduais e federais e iniciativas populares de projetos de lei, planos, projetos e programas (BRASIL, 2001).

No âmbito da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil pode-se destacar o(s) Núcleo(s) de Proteção e Defesa Civil (NUDEC) como um instrumento importante voltado à participação e emancipação da sociedade. Trata-se de grupos comunitários que buscam e discutem medidas que proporcionem maior segurança e preservação ambiental da sua própria comunidade (BRASIL, 2012).

Considerando que as políticas públicas urbanas articulam as atividades dos governos à vida dos cidadãos, há a necessidade de considerar a percepção dos distintos agentes envolvidos. Dentre eles podem-se destacar as lideranças comunitárias que residem e atuam em áreas suscetíveis aos riscos de desastre natural. São cidadãos e cidadãs que protagonizam o controle social de políticas públicas e o diálogo entre o poder público e sociedade civil organizada.

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo identificar e descrever a percepção que as lideranças comunitárias residentes em áreas suscetíveis aos riscos possuem em relação às políticas públicas de gestão de riscos de desastres naturais de Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Foram escolhidas 30 lideranças que representam associações de moradores, Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUDEC) e coordenadores de abrigos localizadas em áreas de alta e média suscetibilidade aos desastres naturais. Questões cognitivas e técnicas foram levantadas nas entrevistas, possibilitando identificar e descrever aspectos importantes para a gestão de riscos de desastres naturais do município.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa do tipo exploratória e descritiva (LEAL, 2011), adotando-se o método fenomenológico para descrever a percepção dos entrevistados sobre as políticas públicas de gestão de riscos de desastres naturais no município de Blumenau.

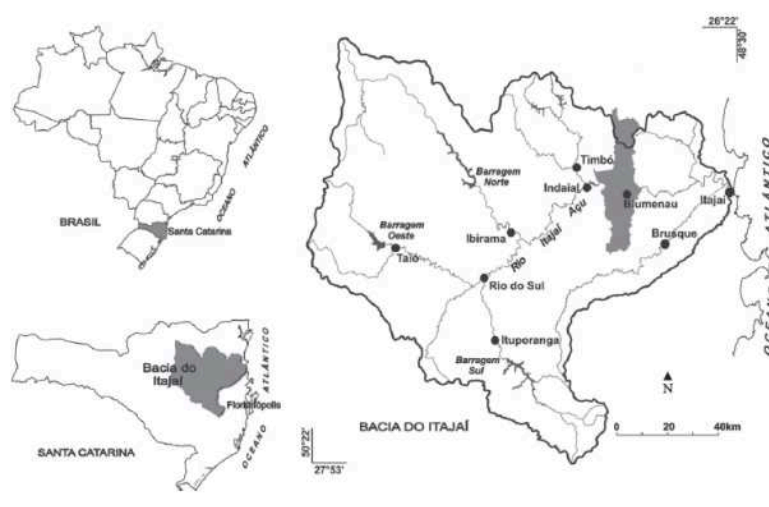
Segundo Merleau-Ponty (1996), a abordagem fenomenológica é adequada quando se busca uma abordagem qualitativa que visa descrever o fenômeno e não explicá-lo ou analisá-lo.

Deste modo busca-se entender as experiências e percepções das lideranças comunitárias residentes em áreas suscetíveis aos riscos de desastres naturais em relação à gestão de riscos de desastres naturais de Blumenau-SC.

2.1 Área de estudo

O município de Blumenau localiza-se na bacia hidrográfica do rio Itajaí em Santa Catarina (Figura 1). Estima-se que sua população seja de 352.460 habitantes, sendo que 95,5% residem em áreas urbanas (IBGE, 2019). A questão dos desastres naturais é pauta desde os primeiros anos de fundação do município. Em 1852 registrou-se uma grande inundação que destruiu as instalações dos primeiros colonos da região. Mais recentemente em novembro de 2008 a combinação de inundações, enxurradas e movimentos gravitacionais de massa afetou 103 mil pessoas, deixando 5,2 mil habitantes desabrigados, 25 mil desalojados, 2,4 mil feridos ou gravemente feridos e 24 mortos (SEVEGNANI et al., 2009).

Figura 1. Área de estudo: localização do município de Blumenau na bacia hidrográfica do rio Itajaí, estado de Santa Catarina.



Fonte: IPA/FURB apud Jacobi, Momm-Schult e Bohn (2013).

2.2 Documentação indireta

A documentação indireta foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental com leitura pertinente ao tema, como instrumentos jurídicos para gestão de risco de desastre como: Lei nº 12.608/2012 - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil -PNPDEC (BRASIL, 2012), Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão (SEDECI) e outros estudos técnicos e científicos (FRANK; SCHULT; POLETTE, 2009; MATTEDI; LUDWIG; AVILA, 2018; MOURA; VIEIRA; BOHN, 2015; NEGREDO, 2009; NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009; VIEIRA; SCHMIDT; MOURA, 2019).

2.2 Documentação direta

A documentação direta constitui no levantamento de entrevistas com as lideranças comunitárias. O conteúdo das entrevistas foi organizado por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Para Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 15) “é possível ter a soma de discursos de um coletivo por meio de perguntas abertas que resultam em discursos individuais que quando unidos expressam o pensamento de uma coletividade”. Para alcançar este objetivo executaram-se as seguintes etapas:

- 1º Identificação das “Expressões Chaves” (ECH): trechos mais importantes e relevantes das respostas dadas pelos entrevistados que foram destacados para depois serem utilizados diretamente na formação do DSC;
- 2º Classificação em “Ideias Centrais” (IC): Classificações das expressões chaves de maneira sintética em um nome ou expressão linguística;
- 3º Identificação da “Ancoragem” (AC): ideologia ou crença professada pelo sujeito através da ECH.

Os Discursos foram elaborados conservando a linguagem coloquial dos(as) entrevistados(as). As lideranças escolhidas representam organizações diretamente envolvidas com a gestão de riscos de desastres naturais em Blumenau, são elas: associação de moradores, NUDEC e abrigos temporários e cadastrados na Defesa Civil do município. Estas organizações localizam-se em áreas de alto e médio nível de suscetibilidade à inundação, enxurradas e aos movimentos gravitacionais de massa (MGM) (BITAR, 2014).

A entrevista consistiu na aplicação de formulários semiestruturados com 23 perguntas abertas e sete fechadas. O formulário possuiu quatro domínios temáticos: 1) Reconhecimento de planos e legislação relacionados ao tema gestão de riscos de desastres naturais; 2) Reconhecimento da estrutura da instituição pública municipal; 3) Percepção das ações existentes e 4) Conhecimento e participação dos processos de gestão. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a pesquisa está aprovada junto ao Comitê de Ética da Fundação Universidade Regional de Blumenau (processo nº 53378116.6.0000.5370).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa são apresentados da seguinte maneira: (1) caracterização dos entrevistados e (2) os quatro domínios abordados nos formulários da entrevista (reconhecimento de planos e legislação; reconhecimento da estrutura da instituição pública; percepção das ações existentes e; conhecimento e participação nos processos de gestão) em forma de Discurso do Sujeito Coletivo para cada questão pertinente a determinado domínio.

3.1 Perfil das lideranças

A seguir, é apresentado de maneira quantitativa a caracterização dos entrevistados quanto ao seu cargo, gênero, idade, profissão, tempo de atuação no cargo, escolaridade e tipo de risco da área em que reside (Figura 2).

Observa-se que a maioria dos líderes comunitários entrevistados reside em áreas suscetíveis a MGM e são coordenadores de abrigos, sendo a maioria do gênero masculino. A faixa etária predominante entre os entrevistados é de 51 a 60 anos. A maior parte já está há mais de seis anos atuando na função. Dentre as profissões exercidas pelos entrevistados, observa-se um número significativo de professores e profissionais autônomos.

O predomínio de professores resulta do fato dos abrigos serem geralmente em escolas. Assim os professores ou diretores acabam assumindo a função da coordenação. O que por um lado representa um compromisso importante e legítimo dos profissionais, por outro pode prejudicar as atividades de ensino da própria comunidade. Por esta razão não se recomenda a utilização de escolas como abrigos temporários (ANDERS, 2007).

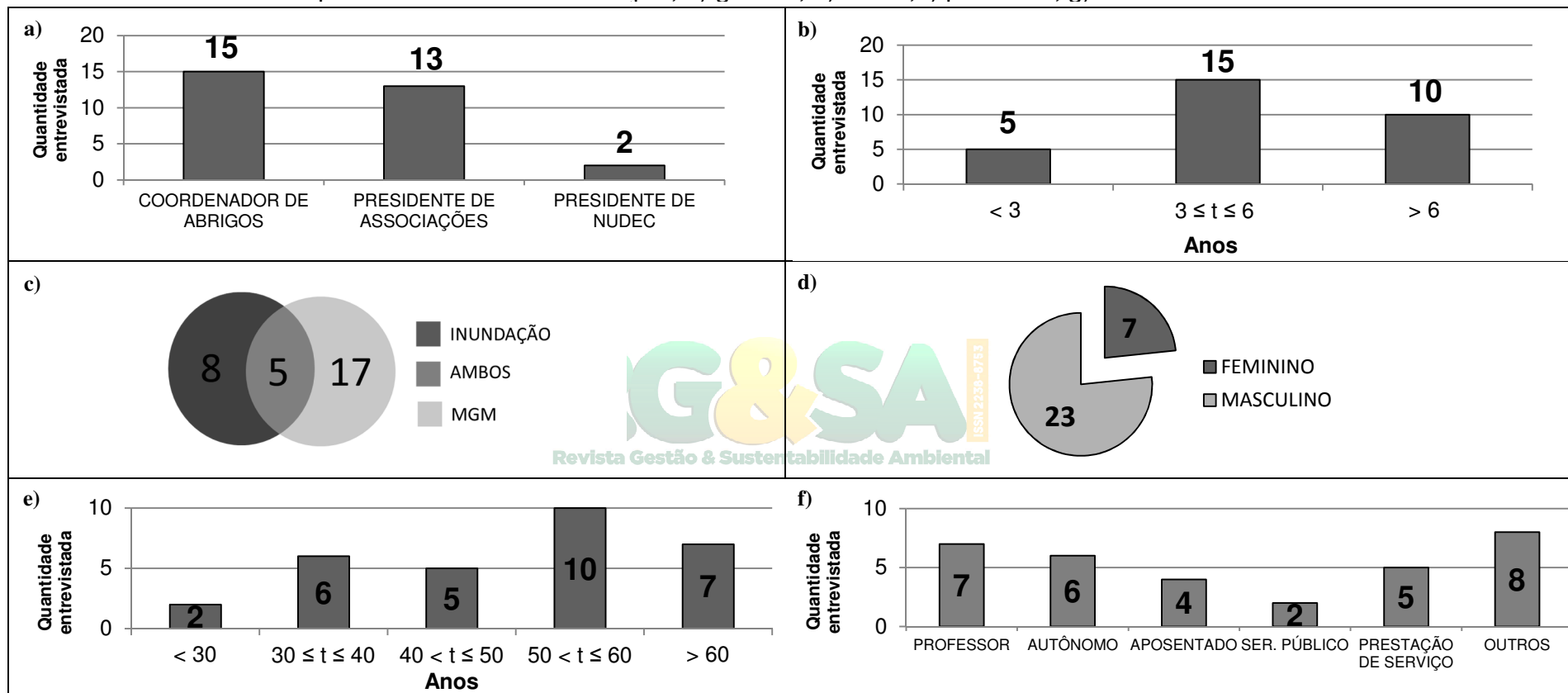
Quanto ao grau de escolaridade, observa-se uma diversidade grande na formação dos entrevistados, desde o ensino primário incompleto a pós graduação. Neste sentido a escolaridade não parece ser um fator limitante para a participação no processo de gestão de risco de desastre nas comunidades.

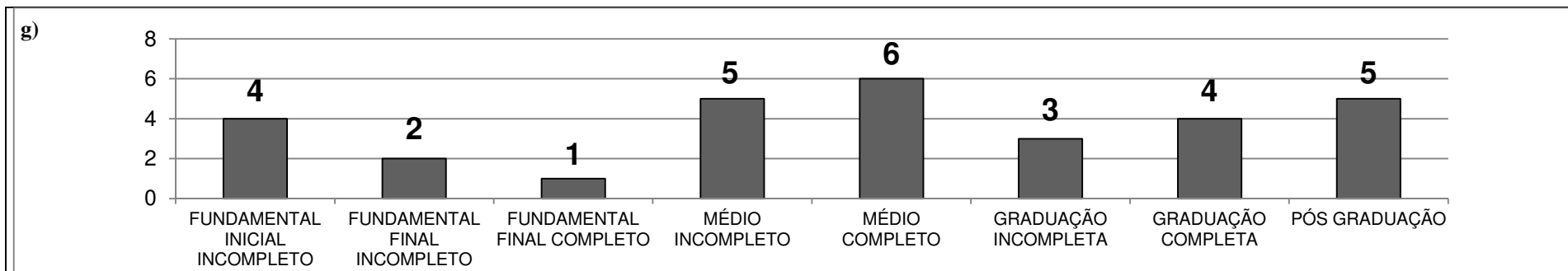
3.1 Reconhecimento de Planos e Legislação (domínio 1)

Neste domínio objetivou-se identificar o que o/a entrevistado/a reconhece como Defesa Civil, bem como suas representações cognitivas associadas à existência da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, planos e legislações pertinentes ao tema.



Figura 2. Perfil das lideranças comunitárias entrevistadas: a) função na comunidade; b) tempo de atuação na função; c) tipo de desastre natural que ocorre na área de atuação; d) gênero; e) idade; f) profissão; g) escolaridade.





MGM: movimento gravitacional de massa.

Fonte: Autores (2017).



A primeira pergunta realizada na entrevista foi o que era Defesa Civil. Os resultados indicaram quatro ideias centrais (IC) que se articulam ao Discurso do Sujeito Coletivo (Quadro 1): 1) ajudar a comunidade; 2) Defesa Civil faz um bom trabalho e atua também na normalidade; 3) órgão atuante em ações pontuais e 4) órgão atuante de maneira integral na gestão de riscos de desastres. Foram identificadas também duas ancoragem: 1) Comunidade não faz parte da Defesa Civil e 2) Comunidade participa da Defesa Civil. De acordo com um dos princípios do Marco de Ação de Sendai (UNISDR, 2015), a coordenação intra e interssetoriais da gestão de riscos de desastres deve envolver todas as partes interessadas e todos os níveis de governo, ou seja, além da integração entre os distintos entes federados, a comunidade deve se reconhecer como parte do processo para que a gestão seja eficaz.

Quadro 1 – Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo a respeito do que faz a Defesa Civil municipal.

Ideia Central (IC)	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)
Ajudar a comunidade.	“Pra mim, defesa civil é em defesa do cidadão, uma entidade que atende a população e que se preocupa com ela, um meio que a gente tem a recorrer quando precisa ajudar alguém, na hora do socorro, ligamos para eles. Se preocupam em primeiro lugar em ajudar o ser humano, e agem de maneira bem interessante, eles vieram aqui, instalaram o prisma, eles são muito interessados e realmente querem estar junto da comunidade.”
Defesa Civil faz um bom trabalho e atua também na normalidade.	“Defesa Civil é um dos melhores órgãos que tem no município e funciona bem, são bem atenciosos, não tem precariedade e são bem equipados. Eles estão bem qualificados, então pra mim eles são muito bons, estão sempre em prol da comunidade, aqui no bairro sempre nos atenderam bem, acho que eles fazem um bom trabalho, trabalhando normal.”
Órgão atuante em ações pontuais.	“Um órgão criado especificamente pra cuidar de toda parte de topografia, de desastres, de relevos naturais, e que cuida quando acontece desmoronamento, desastres da natureza. É o órgão municipal da prefeitura para ajudar onde tem o problema, ou avisar antes caso aconteça uma enchente, e também fazem as previsões, inclusive alerta, atendendo antes de acontecer algum acidente, eles tem o poder de ir olhar, analisar e entram em contato convidando para participar de simulados e treinamentos, orientando com palestras, mas só é feito isso, não vem uma verba pra fazer contenção, tubulação, nada disso. Só é feito simulação.”
Órgão atuante de maneira integral na gestão de riscos de desastres.	“A defesa civil é responsável por pensar, planejar, e principalmente mais do que remediar, pensar em soluções a priori dos problemas, de preparar a população e dos espaços para cuidar das pessoas. Ela é um órgão que ajuda na prevenção, no ensino para comunidade, na conscientização, é um trabalho muito grandioso, e quando existe mesmo uma situação de risco, eu vejo eles fazendo um trabalho com muito afinco, pelo menos as pessoas que a gente tem lidado, são muito interessados. Ela atua na prevenção e na atuação de

	problemas climáticos, desastres, situações onde o próprio nome diz, a defesa civil, ou seja, uma entidade civil, claro tem ligado as forças armadas, mas que protege o cidadão tanto na prevenção quanto na atuação com a recuperação de perigo, quando acontece alguma catástrofe climática ou mesmo provocada pelo ser humano.”
--	---

Fonte: Autores (2017).

Com base nos DSC pode-se observar percepções distintas quanto a atuação da Defesa Civil. Os três primeiros DSC articulam-se a ancoragem “Comunidade não faz parte da Defesa Civil” e somente o último insere-se na ancoragem “Comunidade participa da Defesa Civil”. Cabe destacar que o DSC com base na IC “órgão atuante de maneira integral na gestão de riscos de desastres” foi formado pela percepção de coordenadores de abrigo, pós-graduados e que vivem em áreas afetadas pela inundação, tipo de desastre que ganha atenção especial dos órgãos públicos desde o início do século XX (SIEBERT, 2018) e que costuma afetar uma grande extensão territorial. O DSC com base na IC “Órgão atuante em ações pontuais” foi expresso, em sua maioria, pela percepção de lideranças de organizações em áreas suscetíveis aos movimentos gravitacionais de massa. Deste modo, o tipo de risco aos quais os entrevistados estão expostos parece influenciar a percepção que as lideranças têm em relação à atuação da Defesa Civil.

Quando questionados: “Você sabe o que é gestão de risco de desastres naturais?”, obteve-se cinco DSC por meio das Ideias Centrais: 1) é a atuação de órgãos na prevenção e RRD; 2) é um órgão; 3) atuação da Defesa Civil; 4) é a atuação para a RRD e 5) não sabe. Portanto, foi possível distinguir duas ancoragem: 1) Entrevistado se inclui no processo de gestão e 2) entrevistado não se inclui no processo de gestão. O DSC que mais se destacou é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo sobre a percepção de gestão de risco de desastres naturais.

Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
É a atuação para a prevenção e RRD.	“É um trabalho na questão de pensar os riscos, o que acontece, cuidar para que não se repitam, porque a gente tá numa região que isso acontece recorrentemente e vai continuar acontecendo, então tem que haver um preparo tanto na questão de construção, como das pessoas, em como elas vão agir, uma educação mesmo, porque vai acontecer mesmo, então tem que prevenir os danos. Tem um trabalho nas escolas também que são simulados de incêndio, acidentes, etc. São coisas da prefeitura, a gente faz e por exemplo, quanto tempo temos para evacuar a escola, como fazer, o que fazer, quem é responsável por desligar o computador. A gente se organiza, cronometra o tempo a gente vai simulando, treinando, de vez em quando, acho que esse ano fizemos umas duas três vezes. Do nada o

	<p>diretor avisa que 10h vai tocar o apito, os alunos não sabem né, as vezes a gente também não sabe, pra ver como que tá, é isso que a gente de gestão de riscos na escola. Aquela vez que tavam colocando fogo nos ônibus, a gente tava dentro da escola, não tinha aula, a gente tava assustado, a gente tava tendo reunião e todo mundo subiu e ficou dentro da escola, mas como as coisas acontecem a gente não sabe ainda né. por exemplo, quanto tempo temos para evacuar a escola, como fazer, o que fazer, quem é responsável por desligar o computador. A gente se organiza, cronometra o tempo.”</p>
--	---

Fonte: Autores (2017).

Muitos dos entrevistados não souberam responder a pergunta. Notou-se que todos o DSC formado pela IC “É a atuação para prevenção e RRD” são coordenadores de abrigos pós-graduados, o que indica que o nível de escolaridade tende a influenciar em uma visão mais prospectiva sobre o tema.

As respostas obtidas em relação às perguntas sobre legislação pertinente ao tema não foram suficientes para a formação do DSC, visto que quase todos os entrevistados não têm conhecimento ou nunca ouviram falar da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), Lei nº 12.608 (BRASIL, 2012). De modo geral, notou-se que pouco se conhece sobre a legislação e os planos correlatos ao tema gestão de riscos de desastres naturais. Portanto, revela-se um desafio concernente ao alcance de informações básicas às lideranças comunitárias sobre aspectos que norteiam as políticas públicas de gestão de riscos de desastres naturais.

3.2 Reconhecimento da estrutura da instituição pública (domínio 2)

As perguntas relacionadas ao reconhecimento da estrutura da instituição pública para gestão de riscos de desastres tiveram como objetivo conhecer as representações cognitivas associadas aos órgãos públicos municipais pelas lideranças comunitárias.

A partir das respostas obtidas nas entrevistas pode-se observar que os entrevistados reconhecem apenas a Defesa Civil enquanto órgão da estrutura do poder público municipal responsável pela gestão de riscos de desastres. Todos os demais órgãos e suas ações não foram reconhecidos, ou seja, não se percebe a ação de outros órgãos públicos também envolvidos na gestão de risco de desastre.

Para Negredo (2009, p.66), “durante a ocorrência dos desastres as comunidades têm contato direto com as instituições da Defesa Civil, assim, a população tende a associar a diretoria como a única atuante em caso de desastres naturais”.

Vieira, Schmidt e Moura (2019) identificaram outros nove órgãos municipais envolvidos na gestão de risco de desastres naturais de Blumenau: a Secretaria Municipal de Saúde (vigilância sanitária), Secretaria de Desenvolvimento Social (abrigo) e Secretária de Obras e Serviços Urbanos (medidas de recuperação e reconstrução). O não reconhecimento destes órgãos indica a necessidade de se fortalecer a integração entre a comunidade e o poder público municipal por meio de ações em saúde preventiva (MOURA, 2019), saneamento, regularização fundiária e manejo ambiental.

3.3 Percepção das ações existentes (domínio 3)

As perguntas tiveram como objetivos conhecer as representações cognitivas associadas às ações vigentes vinculadas aos órgãos públicos municipais de gestão de risco e possibilidades futuras.

Quando questionados sobre a possível indicação de outras ações necessárias para a gestão de riscos de desastres, indicando-se órgão/diretoria e sua competência, os entrevistados não souberam responder. Porém, observou-se que algumas ações necessárias foram explicitadas ao longo da entrevista. Segundo Mattos (2005), algumas respostas podem ser dadas antes ou mais adiante em outras perguntas. Sendo assim, resgatou-se estas respostas (Quadro 3) classificando-as em processos de gestão de risco propostos por Narváez, Lavell e Ortega (2009) e presentes na PNPDEC.

Quadro 3 – Ações de RRD sugeridas pelas lideranças comunitárias.

Ações necessárias	Processos PNPDEC
-Orientação da comunidade para prevenção a partir de reuniões, capacitações, formação continuada envolvendo a associação de moradores, escolas, Agentes Mirins de Defesa Civil; - Reativação do NUDEC; - Continuidade nos projetos de educação ambiental (EA) como os Agentes Mirins.	Prevenção de riscos futuros
- Limpeza de ribeirões, com retirada do “lixo”; - Plantio de árvores junto aos ribeirões; - Articulação com batalhão, comerciantes e toda a comunidade – parcerias atuantes e constantes; - Fiscalização e implantação de rede de esgoto e drenagem pluvial urbana; - Melhoria da acessibilidade das calçadas; - Realizar pequenas contenções;	Mitigação de riscos existentes
- Há necessidade de embarcações, bem como coletes salva-vidas e pessoas capacitadas para resgatar moradores isolados,;	Resposta aos desastres

Fonte: Autores (2017).

De acordo com os entrevistados, as ações necessárias se enquadram principalmente no processo de prevenção, mitigação e resposta estabelecidos pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Destacam-se as ações vinculadas à prevenção, cuja percepção parece revelar a necessidade de fortalecer a integração entre poder público e comunidade, ampliando e dando continuidade a trabalhos importantes já existentes (NUDEC) e criando novos instrumentos de participação.

Além de uma “concentração” no número de ações em prevenção de riscos futuros e mitigação de riscos existentes, no Quadro 3 também se observa uma forte demanda por serviços de saneamento. A ausência e ineficiência destes serviços pode produzir novos riscos e ampliar os impactos negativos dos desastres. A ausência ou obstrução das redes de drenagem aumentam o risco de enxurradas, erosão e movimentos gravitacionais de massa. Do mesmo modo, problemas de qualidade de água, manejo de resíduos e tratamento de esgoto sanitário tornam ainda mais vulnerável à população em relação às doenças infectocontagiosas (MOURA, 2019).

3.4 Conhecimento e participação em ações e processos de gestão (domínio 4)



3.4.1 Conhecimento e participação em ações

As perguntas relacionadas ao processo de geração do conhecimento e participação tiveram como objetivo conhecer as representações cognitivas sobre algumas ações realizadas pelas secretarias municipais para gestão de riscos de desastres.

Quando questionados se o município de Blumenau possui algum mapeamento de áreas suscetíveis a riscos de desastres, do que esse mapeamento trata, para que servem e de como a comunidade do entrevistado está inserida nesse mapeamento, obtiveram-se três discursos com as seguintes ideias centrais (Quadro 4): 1) Prefeitura tem o mapeamento; 2) Mapas apresentado em reunião e 3) Mapeamento em pontos específicos.

Quadro 4 - Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo sobre o Mapeamento das áreas suscetíveis a desastres.

Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Prefeitura tem o mapeamento.	“Sim, eu sei que tem. A intenção do mapeamento, serviria para que houvesse uma fiscalização maior do poder público, no site da prefeitura, tem um mapa da prefeitura com as áreas de risco né, acho que está pintado de vermelho, amarelo, preto, onde há maior risco, onde não há pra quando a pessoa quer comprar um terreno qual é o nível de risco que apresenta, então a defesa civil tem o mapeamento de toda a cidade, pra dizer onde pode e onde na pode construir. é isso ta bem preparado né, até a cidade, pra algumas coisa ta muito preparado. Até tem o site da prefeitura, mas eles não tem noção que esse rio sobe, então pra quer procurar por uma coisa que eles não sabem. Olha eu não concordo muito com esses laudos e coisas que eles tem feito nas comunidades, só tem o mapa lá na prefeitura.”
Mapas apresentado em reunião	“Tem, de vez em quando temos reuniões com eles. A gente participa de algumas palestras e eles mostram nos slides as questões de riscos, os lugares mais perigosos.”
Mapeamento em pontos específicos.	“Temos um mapa sim, principalmente no Garcia, rua Araranguá é uma das mais prejudicadas. Eu já tive em mãos esse mapa, onde acontece mais as catástrofes, então as pessoas tão cientes mas não tem outro lugar pra ir. No morro da Edite, ali a defesa civil faz esses mapeamentos, faz o acompanhamento, não deixam construir. Aqui no nosso morro, por exemplo, tem bastante área de risco, pelo que eu me lembro do mapa, e eu sempre vejo as pessoas comentarem que a defesa civil veio por aqui, eles tão vindo, tão fazendo o trabalho deles. Claro que tem bairros que tem mapeamento, mas o pessoal não tem como prevenir, então acredito que não tenha tanta área de risco né, aqui é mais alagamento, mas nas áreas de risco eu acredito que a prefeitura deve fazer um trabalho mais completo, aqui temos um mapa das áreas.”

Fonte: Autores (2017).

O DSC articulado à IC “mapas apresentados em reunião”, identificou que apenas os coordenadores de abrigos reconhecem a capacitação por parte do poder público em relação à gestão de riscos de desastres, podendo-se observar que têm conhecimento do mapeamento das áreas de risco do município por meio da participação em reuniões com a Defesa Civil. O reconhecimento dos mapeamentos não foi evidenciado ao longo das entrevistas com os presidentes de associações de moradores. Isto indica a necessidade de maior articulação das lideranças vinculadas às associações no processo de geração do conhecimento, para que se sintam informados, integrados e responsáveis também pelas medidas do poder público já que são lideranças mais numerosas em relação ao número de coordenadores de NUDECs e que possuem um contato mais frequente com a comunidade em comparação com os coordenadores de abrigo.

Em relação ao DSC obtido da IC “mapeamento em pontos específicos”, notou-se que os entrevistados conhecem o mapeamento somente da sua região ou de áreas de alta suscetibilidade aos riscos de desastres naturais no município, principalmente em relação aos movimentos gravitacionais de massa (MGM). Os entrevistados não associaram explicitamente as áreas suscetíveis de MGM mapeadas com a que possuem suscetibilidade à inundação.

Outra pergunta realizada aos entrevistados foi se eles sabiam da existência de alguma comissão pública de gestão de risco em Blumenau e quais seriam suas funções. Mais especificamente, se faz referência à Comissão Especial para Gestão de Riscos de Desastres naturais (CEGERD) – Decreto municipal nº 10.124/2013 (BLUMENAU, 2013b). Ninguém conhecia ou tinha ouvido falar dessa comissão, apesar de ter sido criada para articular órgãos atuantes na RRD e, portanto, poderia contar a participação de lideranças comunitárias.

Sugere-se que a comunidade também participe da composição dessa comissão, pois é de extrema importância que ela colabore e proponha iniciativas vinculadas à ação do poder público (VIEIRA; SCHMIDT; MOURA, 2019). É o que o Marco de Sendai reforça ao afirmar que:

[...] os governos devem envolver as partes interessadas, inclusive mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas pobres, migrantes, povos indígenas, voluntários, profissionais da saúde e idosos na concepção e implementação de políticas, planos e normas. É necessário que os setores público e privado e organizações da sociedade civil, bem como academia e instituições científicas e de pesquisa, trabalhem em conjunto e criem oportunidades de colaboração, e que as empresas integrem o risco de desastres em suas práticas de gestão (UNISDR, 2015, p.5).

Os líderes comunitários demonstraram interesse em contribuir no processo de gestão de riscos. Quando questionados se participariam de uma comissão municipal para a gestão de risco de desastres naturais formada pelo poder público e a sociedade civil organizada, obteve-se através das ideias centrais os seguintes DSC (Quadro 5).

Pode-se identificar no DSC vinculado a IC “Sim participaria” a diversidade do perfil dos interessados em participar de uma comissão formada pelo poder público com a participação da comunidade. Tanto coordenadores de abrigos como presidentes de associação de moradores de áreas que sofrem com MGM e inundação se mostraram dispostos a contribuir no desenvolvimento da gestão integrada para RRD.

Quadro 5 - Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo sobre a participação da comunidade e poder público em uma mesma comissão.

Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Sim, participaria.	Sim, participaria da comissão, tudo que posso contribuir eu faço. Agora eu to participando entre 9 gestões, contando com escola, loteamento, segurança. Se a gente sabe, a gente leva pra discutir como podemos trabalhar em cima daquilo. A gente sempre aprende né, acho que conhecimento não ocupa espaço, Com certeza, a gente faria parte, poderia participar para dar algumas sugestões. Eu acho seria interessante, porque parece algo muito distante, os grandes decidem e as pessoas não fazem parte disso., Era uma boa né, vamos reunir junto, pra estar a par das coisas né.
Interesse pela área.	Participaria com certeza, até por ser uma área que eu tenho interesse, a Defesa Civil. Eu sempre procuro participar, dos conselhos que estão mais voltados pra assistência da comunidade, pra gente ta se preparando e poder ta contribuindo em algum momento, por isso tento fazer parte de tudo que eu posso. O interesse a gente sempre tem, pra trazer coisa pra comunidade, as vezes a gente não participa de tudo por já estar comprometido com outras coisas, mas é importante.
Não participaria.	Não, porque já sou coordenador do abrigo, inclusive por causa da falta de voluntariado, eu e alguns profissionais da escola que moram aqui, a gente assume varias funções, porque não existe voluntário, e quando a gente aciona, não vem, ai a gente tem que assumir vários setores pra dar conta, interesse a gente sempre tem, pra trazer coisa pra comunidade, as vezes a gente não participa de tudo por já estar comprometido com outras coisas, então talvez alguém aqui do clube possa ir. Até poderia participar para dar algumas sugestões, mas não para pegar casos.

Fonte: Autores (2017).

À IC “interesse pela área” articula-se ao DSC, revelando que a maior parte das expressões chaves utilizadas para a formação do discurso é de moradores de áreas que sofrem com MGM. Os moradores demonstraram que além de querer fazer parte da comissão, tem interesse em relação ao tema, pois entendem ser necessário estarem preparadas e possuírem conhecimento acerca da gestão de riscos de desastres naturais. A IC “Não participaria” revela um DSC em que as pessoas, apesar de demonstrarem interesse, não participariam de uma comissão porque já fazem parte de mais de um grupo que auxilia a comunidade.

Portanto os DSC obtidos confirmam a necessidade de uma maior articulação entre o poder público e as lideranças que vivenciam diariamente as necessidades e problemas da sua comunidade (AVILA; MATTEDI, 2017; VIEIRA; SCHMIDT; MOURA, 2019).

3.4.2 Conhecimento e participação em processos de gestão

As perguntas seguintes da entrevista levaram em consideração ações vinculadas aos processos de prevenção de riscos futuros, mitigação do risco existe, preparação, resposta e reconstrução. Para Narváez, Lavell e Ortega (2009) prevenção é evitar o desenvolvimento dos fatores de risco de desastres na sociedade através de uma gestão territorial e ambiental adequada. Quando questionados se identificavam possíveis medidas de prevenção que acontecia em sua comunidade, não se obteve respostas.

Quando foi feita a pergunta: “Você conhece o projeto Defesa Civil na Escola? E o Agente Mirim? Do que eles tratam?” Geraram-se quatro DSC formado pelas IC: 1) Sim, conhece e sabe o que é; 2) Conhece e sabe um pouco sobre o projeto; 3) Sim, conhece e 4) Não ouviu falar (Quadro 6).

Quadro 6 - Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo sobre o programa Defesa Civil na Escola.

Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Sim, conhece e sabe o que é.	Sim, já ouvi falar. Eles vem, orientam as crianças, até o bombeiro faz simulações, faz parte né, isso é muito bom né, porque as crianças já vão pegando o ritmo, vão cobrando dos pais, de que forma atuam com as crianças pra elas cobrarem das famílias. A parte do bombeiro é o que faz mais né, a defesa civil acho que até eles vão, mas quando o bombeiro faz a simulação alguém da defesa civil já ajuda né, eles vem e fazem palestras, esse ano inclusive a gente teve algo nesse sentido.

Fonte: Autores (2017).

O Programa Defesa Civil na Escola atua desde 2013 em 10 unidades escolares de Blumenau com um projeto de educação ambiental focado em medidas de prevenção de desastres naturais. Os estudantes participantes do projeto vivenciam atividades com palestras, leituras, dinâmicas, vídeos, entre outras, durante três encontros (RIBEIRO; VIEIRA; TOMIO, 2017). O Projeto Agente Mirim de Defesa Civil visa capacitar estudantes sobre técnicas que auxiliem a conhecer o que é risco e como proceder antes, durante e após um desastre. Ambos são coordenados pela Defesa Civil de Blumenau e duram um ano letivo (VIEIRA; RIBEIRO, 2018). O DSC formado pela IC, “Sim, conhece e sabe o que é” são dos entrevistados que moram em comunidades em que foram realizadas as duas atividades.

Quando perguntou-se: “No local onde você mora, acontece a fiscalização das áreas de riscos e o bloqueio de novas ocupações nessas áreas? Se sim, como acontece?” Obteve-se DSC formados a partir de quatro ideias centrais: 1) Não passam, mas é feito denúncia; 2) Em casos específicos; 3) Não se tem certeza e 4) Não tem (Quadro 7).

Quadro 7 - Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo sobre fiscalização das áreas de risco.

Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Em casos específicos.	“Difícilmente, fiscalização deixa muito a desejar, a gente sabe de pessoas que construíram em cima de tubulação, de ribeirão, a fiscalização é um das coisas mais precárias que a gente tem. Então, eu acredito que fiscalização só quando se é construído, pede autorização e tal. Eles vem fiscalizar, eu sei que obras irregulares eles veem, mas geralmente através de denúncia, não vem espontaneamente.”
Não se tem certeza.	“Eu acredito que a prefeitura tenha algum órgão que cuide da fiscalização. Eu vejo no jornal que as prefeituras vão interceptar alguns problemas, mas pessoalmente nunca vi. Na verdade a fiscalização deixa muito a desejar. Se existe, pouca gente sabe, a gente não vê. A gente ouviu alguns casos, mas isso passa. Agente até passa alguns carros ai, mas a gente não sabe pra que, se é denuncia ou fiscalização.”

Fonte: Autores (2017).

Nota-se que a fiscalização de áreas ocupadas irregularmente não acontece como deveria segundo as lideranças comunitárias, fato evidenciado pela incerteza de alguns de não saberem se é feito ou de nunca terem visto. A fiscalização de novos assentamentos é uma medida de prevenção, que segundo o art. 8º da PNPDEC, compete aos municípios realizar. Esta é uma dificuldade historicamente reconhecida na área de estudo (SIEBERT, 2018), embora seja muito importante para as políticas públicas urbanas, habitacionais, de meio ambiente e de gestão de riscos de desastres associados à inundação e movimentos de massa (MOURA; VIEIRA; BOHN, 2015).

Outro assunto abordado foi em relação aos NUDEC. Foi perguntado se eles já ouviram falar dos Núcleos de Defesa Civil e se poderiam explicar o que é e se já participou alguma vez de um (Quadro 8).

Quadro 8 - Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo sobre os NUDEC.

Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Já ouviu falar e já participou.	“NUDEC, é o apoio à associação. A secretária que a gente tinha, era a Maria [nome fictício] a secretária da associação e do NUDEC, mas ela saiu do morro né, então ajudou mais ainda pra desfalcar, não tivemos mais acesso ao NUDEC, mas nos continuamos fazendo nossa parte. Depois de 2008, a gente

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 8, n. 1, p.03-30, jan/mar. 2019.

	<p>montou o núcleo de defesa civil, o NUDEC. Não lembro o ano, teve apoio da defesa civil, eles conseguiram cordas, luvas, caminhões pra fazer limpeza da beirada dos rios, várias reuniões para conscientização da população. Tinha associações: do Franz Muller, da Hermann Kratz e Bruno Reidger, a gente fazia reuniões com os presidentes das associações, quando a gente ia fazer limpeza todo mundo se reunia e ia entregar os bilhetes pras comunidades pra deixar o lixo nas ruas, que a gente ia passar pra pegar. Ai foi ficando difícil por que um prefeito não se interessou muito. Eu acho que o forte mesmo do NUDEC foi um pouco antes de 2008, com o João Paulo [prefeito na época] foi enfraquecendo, depois a secretaria do DSU não disponibilizava mais caminhões, e foi acabando, mas foi muito bom na época.”</p>
--	---

Fonte: Autores (2017).

Embora três IC sejam identificadas nas entrevistas (1- Sim, já ouviu falar; 2- Não sabe o que é e 3- Já ouviu falar e já participou) apenas com a última foi possível gerar um DSC, porque houve respostas mais articuladas. Os DSC revelam a importância de fortalecer e expandir os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil nas comunidades potencialmente afetadas. Trata-se de um instrumento importante para que a comunidade se aproprie das decisões que são tomadas na sua região. Nesse sentido, exemplos de sucesso na implementação dos NUDECs pode ser observado em vários estudos.

Perguntas também abordaram às ações de mitigação dos riscos de desastres naturais existentes. Para Narváez, Lavell e Ortega (2009), mitigar é reduzir o risco existente, estabelecendo e tomando medidas corretivas e de controle. Ocorre quando se conhece a existência do risco de desastres e se pode reduzir ou mitigar com antecipação os possíveis impactos negativos do desastre.

Questionados sobre o conhecimento de planos de contingência do município (Plano de Contingência da diretoria de Defesa Civil e das secretarias municipais de Saúde e Desenvolvimento Social) um menor número de entrevistados (8 de 30) responderam que sim. Os demais não conhecem. As respostas foram bem pontuais e não houve um amplo desenvolvimento do discurso por parte dos entrevistados. Desta forma, não foi possível a elaboração do DSC.

O processo de preparação, Narváez, Lavell e Ortega (2009) definem como o desenvolvimento de capacidades, instrumentos e mecanismos para responder adequadamente na iminência e/ou durante a ocorrência do desastre.

A primeira pergunta referente ao processo de preparação foi: A Secretaria de Defesa Civil realiza simulados voltados para ocorrência de desastres naturais. Você

já ouviu falar? Já participou de algum? Por que participou ou não participou? Em que frequência acontecem? Resultou em cinco IC articuladas aos DSC: 1) Não foi convidado, mas sabe do que se trata; 2) Tem conhecimento; 3) Não tem conhecimento; 4) Foi convidado a participar e 5) Tem conhecimento mas não participou. Identificou-se também a ancoragem: inclui a comunidade no processo (Quadro 9).

Quadro 9 - Ideia Central e Discurso do Sujeito Coletivo sobre simulados.

Ideias Centrais	Discurso do Sujeito Coletivo
Não foi convidado, mas sabe do que se trata.	Nunca participei, mas eu já me informei a respeito, foi bem interessante né. E se eu fosse convidado participaria desse simulado mas, não fui e a gente só fica sabendo pela TV, jornal, depois que tudo se passou. Inclusive alguns dias atrás foi feito uma assembleia grande aqui sobre a questão da violência e nenhum presidente da associação de moradores foi convidado. Deveria convidar toda a comunidade, a liderança, para fazer frente e mudar alguma coisa aqui no morro.

Fonte: Autores (2017).

Segundo os entrevistados todos os moradores deveriam ser convidados a participar, não só líderes comunitários. O DSC revela o interesse das pessoas em acompanhar as atividades relacionadas à RRD mesmo sem serem convidadas diretamente.

Verificou-se a percepção dos entrevistados também em relação ao processo de resposta, ou seja, ao processo que objetiva atender as necessidades básicas e imediatas das populações, instituições e/ou estruturas ameaçadas e/ou afetadas pelo desastre, prevendo o aparecimento de novas condições de risco (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009).

Em relação à diferença de quando é declarada situação de emergência (quando o dano é superável pelo poder público municipal) ou decretado estado de calamidade pública (produção de danos não superáveis pelo município), as respostas dadas não possibilitaram a formação de um DSC pela falta de palavras coerentes para formulação de frases.

Quando questionados: Em que meio(s) de comunicação você acha que a comunidade se informa durante a ocorrência de desastres naturais? Os meios de comunicação que mais apareceram estão classificados a seguir: 1º Rádio; 2º Redes Sociais e Televisão; 3º “Boca a boca” e 4º Alerta Blu¹. Vale salientar que somente 3

¹ Sistema de monitoramento e alerta de eventos extremos em Blumenau. Suas informações são de acesso livre via internet e em aplicativos para smartphones (BLUMENAU, 2016).

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 8, n. 1, p.03-30, jan/mar. 2019.

entrevistados mencionaram o aplicativo virtual da Defesa Civil (Alerta Blu) como meio de informação na iminência de um desastre. Muitos nem sabiam da existência do mesmo, demandando sua melhor e maior divulgação.

Por fim, foram efetuadas perguntas em relação ao processo reconstrução, que são ações para restabelecer condições aceitáveis e sustentáveis de desenvolvimento econômico e social da sociedade afetada, reduzindo o risco a um nível menor do que existia durante o desastre (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009).

Esta questão resultou em apenas uma IC: “Não tem na comunidade, mas sabe o que é”. Não foi possível a elaboração do DSC pois as respostas foram pontuais, sem um maior detalhamento por parte dos entrevistados, apesar de terem sido estimulados para complementar seus discursos.

Em resumo, neste domínio 4 os discursos revelam que as lideranças conhecem algumas ações do poder público no que se refere à prevenção e mitigação de riscos, porém ainda se percebem fora do núcleo de poder decisório. Isso se traduz em uma frágil gestão de riscos de desastres naturais, uma vez que as ações correm um risco de desconectar-se com o que a comunidade (futuros e atuais afetados) percebe e vive no seu dia a dia (VIEIRA, 2004)



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das entrevistas e da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo foi possível descrever a percepção das lideranças comunitárias do município de Blumenau-SC em relação à gestão de riscos de desastres. Identificou-se que grande parte das lideranças não tem conhecimento a respeito dos aparatos legais (leis e planos) que abordam a temática dos riscos de desastres. A maioria dos entrevistados sabem da existência de legislação pertinente à temática, mas não sabem ou nunca ouviram falar da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Uma forma de gerar conhecimento sobre estes instrumentos legais é por meio de capacitações continuadas dos integrantes de associações de moradores, NUDECs e abrigos temporários, conscientizando-os de seus direitos, deveres, do seu papel ético-solidário no contexto local.

Observou-se também que as lideranças não compreendem a estrutura do órgão público municipal (prefeitura) e seus diferentes setores que possuem

competência para atuarem na gestão de riscos de desastres. De maneira geral, quando os entrevistados atribuíram ou citaram alguma ação realizada pelo poder público para a gestão de riscos de desastres, apenas relataram a participação da diretoria de Defesa Civil.

A pesquisa revelou um importante interesse que a liderança comunitária possui para colaborar na gestão de riscos de desastres e no desenvolvimento de políticas públicas, indicando e envolvendo-se em ações relacionadas ao tema, seja para prevenção, mitigação, preparação, resposta ou reconstrução.

Este estreitamento entre o poder público e as comunidades, pode ser fortalecido pela reativação dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUDEC), que descentralizam a gestão de riscos para perto das áreas que necessitam de projetos e programas em busca da construção de um município mais resiliente.

5 AGRADECIMENTOS

Agradecimentos às lideranças comunitárias entrevistadas pela colaboração com o estudo, ao Governo do Estado de Santa Catarina que por meio do Artigo 170 financiou a bolsa de pesquisa da segunda autora e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior pela bolsa de doutorado ao terceiro autor (Código de Financiamento 001).

COMMUNITY LEADERS PERCEPTION RELATED TO THE PUBLIC POLICIES OF NATURAL DISASTERS RISK MANAGEMENT IN THE BLUMENAU/SC

ABSTRACT

Community leaders form an important link between public power and society in the discussion, formulation and implementation of public policies. For this reason, the objective was to identify and describe the perception that community leaders in areas susceptible to natural disasters have in relation to public policies for the natural disaster risk management in Blumenau, Santa Catarina. The natural disaster risk management addressed include the most frequent events in the region: floods and landslides. The research is qualitative of the exploratory and descriptive type, adopting the phenomenological method to describe the participant perception of the research. Indirect documentation (documental and theoretical research) and direct documentation were used through 30 interviews interpreted using the Collective Subject Discourse (DSC) technique. Interviewees are leaders of residents' associations, Civil Defense Group and temporary shelters located in areas of high and

R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 8, n. 1, p.03-30, jan/mar. 2019.

medium susceptibility to floods and landslides. It was identified that the respondents are not aware of the legal instruments related to the natural disaster risk management. It was also observed that the community leaders interviewed do not understand the structure of the municipal public agency of disaster risk management, identifying only the Civil Defense directorate as responsible in this process. However, the interviews made it possible to register their interest in greater training and participation. Numerous actions have been highlighted for the effectiveness of the natural disaster risk management process, with emphasis on measures related to basic sanitation services.

Keywords: Risk. Natural disasters. Public policy. Management. Perception. Resilience.

REFERÊNCIAS

ANDERS, G. C. **Abrigos temporários de caráter emergencial**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Design e Arquitetura. FAU. USP. São Paulo, 2007.

AVILA, M. R. R., MATTEDI, M. A. Disaster and territory: the production of vulnerability to disasters in the city of Blumenau/SC. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, p. 187-202, 2017.

Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental

BITAR, O. Y. **Cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações**. São Paulo/Brasília, IPT/CPRM, 2014.

BLUMENAU. ALERTA BLU. **Previsão para o município de Blumenau**. 2016. Disponível em: < <http://alertablu.cob.sc.gov.br>> Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Decreto nº 10.124, de 26 de setembro de 2013**. Institui comissão especial para gestão de riscos e desastres naturais - CEGERD. Prefeitura Municipal de Blumenau, Estado de Santa Catarina, Brasil. 2013b. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/decreto/2013/1012/10124/decreto-n-10124-2013-institui-comissao-especial-para-gestao-de-riscos-e-desastres-naturais-cegerd>> Acesso em: 2 abr 2015.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. 2001. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1ª Edição.

_____. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 13 ago. 2016.

CEPED/UFSC. **Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2012**: volume Brasil / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis:

CEPED/UFSC, p. 1-122, 2. Ed. 2013. Disponível em : <<http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev%202.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2016

_____. **Relatório de danos e prejuízos decorrentes de desastres naturais no Brasil.** 2016 Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/01/111703-wp-cepedrelatoriosdedanoslayout-public-portuguese-abstract-sent.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

FRANK, B; BOHN, N. História da gestão do risco e inundações na bacia do Itajaí. In: MATTEDI, M.; LUDDWIG, L.; AVILA, M. R. R. (Orgs.) **Desastres de 2008+10 no Vale do Itajaí. Água, gente e política - Aprendizados.** Blumenau: Edifurb, 2018. p. 117-149.

FRANK, B.; SCHULT, S.; POLETTE, M. A fragilidade da institucionalização das políticas de meio ambiente na bacia do Itajaí. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.) **Desastres de 2008 no Vale do Itajaí. Água, gente e política.** Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 52-61.

FREITAS, A. R. P.; PAIVA, L. E. B. Revisão da produção científica internacional de brasileiros acerca das mudanças climáticas. **Revista de Gestão Social e Ambiental-RGSA**, v. 12, n. 3, p. 95-113, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Blumenau, Santa Catarina.** Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/panorama>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

IPCC (Intergovernmental panel on Climate Change). **Climate change 2007: impacts, adaptation and vulnerability.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JACOBI, P. R.; MOMM-SCHULT, S. I.; BOHN, N. Ação e reação: Intervenções urbanas e a atuação das instituições no pós-desastre em Blumenau (Brasil). **EURE (Santiago)**, v. 39, n. 116, p. 243-261, 2013.

KATO, R. C. K.; ZIONI, S.; BRUNA, G. C. Avaliação de políticas urbanas. In: Angélica Tanus Benatti Alvim e Luiz Guilherme Rivera de Castro (orgs.). **Avaliação de políticas urbanas: contexto e perspectivas.** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

LEAL, E. J. M. Produção acadêmico-científica: a pesquisa e o ensaio. **Cadernos de ensino UNIVALI**, p. 1-133, 2011.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa.** 2. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

MATTEDI, M. et al. A economia política da gestão dos desastres em Blumenau. In: MATTEDI, M.; LUDDWIG, L.; AVILA, M. R. R. (Orgs.) **Desastres de 2008+10 no Vale do Itajaí. Água, gente e política - Aprendizados.** Blumenau: Edifurb, 2018. p. 323-339.

MATTEDI, M.; LUDDWIG, L.; AVILA, M. R. R. (Orgs.) **Desastres de 2008+10 no Vale do Itajaí. Água, gente e política - Aprendizados**. Blumenau: Edifurb, 2018.

MATTOS, P. L. C. L. A entrevista não – estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Rap**, v.39, n.4, p.823-846, 2005.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOURA, J. M. B. M.; VIEIRA, R.; BOHN, N. Barragem de Contenção de Cheias e Políticas Públicas: o caso de Ituporanga–SC, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 3, p. 70-88, 2015.

MOURA, S. R. S. **A política pública de saúde pública municipal no contexto da gestão de riscos de desastres naturais: o caso de Blumenau-SC**. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental (Dissertação de Mestrado). 2019.

NARVÁEZ, L.; LAVELL, A.; ORTEGA, G.P. **La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos**. Proyecto Apoyo a la Prevención de Desastres en la Comunidad Andina – PREDECAN. Secretaría General de la Comunidad Andina. San Isidro, Peru, 2009.

NEGREDO, J.C. **A Defesa Civil que não se conhece ou que não se vê**. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.) **Desastres de 2008 no Vale do Itajaí. Água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 64-69.

Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental

RIBEIRO, J.; VIEIRA, R.; TÔMIO, D. Análise da percepção do risco de desastres naturais por meio da expressão gráfica de estudantes do Projeto Defesa Civil na Escola. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, 2017.

SEVEGNANI, L. et al. Gente socorrendo gente. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.) **Desastres de 2008 no Vale do Itajaí. Água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 110-127.

SIEBERT, C. 2008+10 no Vale do Itajaí: Resiliência Reativa ou Evolutiva?. In: MATTEDI, M.; LUDDWIG, L.; AVILA, M. R. R. (Orgs.) **Desastres de 2008+10 no Vale do Itajaí. Água, gente e política - Aprendizados**. Blumenau: Edifurb, 2018. p. 323-339.

UNISDR. **Sendai Framework for disaster risk reduction 2015-2030**. Sendai: ONU, 2015. Disponível em: <
http://www.unisdr.org/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf > Acesso em: 10 set. 2016.

VIEIRA, R. **Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco de deslizamento**. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Santa Catarina). UFSC, 2004.

VIEIRA, R.; RIBEIRO, J. Agente Mirim de Defesa Civil: educação ambiental para prevenção e redução de riscos de desastres naturais em Blumenau, Santa Catarina. **Revista Contrapontos**, v. 18, n. 1, p. 68-87, 2018.

VIEIRA, R.; SCHMIDT, G.; MOURA, J. M. B. M. Política pública urbana de gestão de risco de desastre natural em Blumenau-SC: processos e ações. **Revista Ambiente & Sociedade**, (no prelo), 2019.

